



Anais da Assembléia

N.º 08

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Fuad Nacli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta Presidência solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum regimental para a abertura da presente sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Havendo número legal, declaro aberta a presente sessão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, tão somente para indagar de V. Ex.ª, se a Mesa Diretiva da Assembléia, doravante usará este critério, isto é, fazendo a chamada nominal dos Srs. Deputados, mesmo às sextas-feiras, o que não era costume das Comissões Executivas que por aqui passaram.

V. Ex.ª procedeu a chamada, com base em artigo do Regimento Interno para verificação de quorum, e este Deputado pretende que V. Ex.ª nos informe se realmente V. Ex.ª procederá desta maneira, nas próximas sessões das sextas-feiras, ou mesmo de qualquer dia da semana.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado, que pretende não abrir as sessões desta Assembléia, sem o devido número regimental; todavia, com relação às sextas-feiras, a Mesa fará entendimentos com as lideranças, posteriormente a esta sessão, ocasião em que, acatará a decisão das mesmas.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogati-

vas regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje nesta Casa de Leis, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. HORÁCIO RACCANELLO, ocorrido em Maringá.

Era pioneiro de Astorga. Por esta razão, e pelos laços de amizade que deixou, seu falecimento causou grande repercussão em todas as camadas sociais de Astorga e Maringá.

São seus filhos os advogados e professores, Dr. Horácio Raccanello Filho e Dr. José Hermenegildo Raccanello, ambos professores da Universidade de Maringá.

Requer outrossim, que da decisão do Plenário, se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho, Dr. Horácio Raccanello Filho, residente à rua Duque de Caxias, 257 - Maringá.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, voto de solidariedade aos garis da cidade de Curitiba, pelo movimento reivindicatório de aumento em seus vencimentos, equivalente a três salários mínimos mensais.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários responsáveis pela limpeza pública da cidade de Curitiba, trabalham em condições desumanas, além de desdenhados pela sociedade, que não reconhece a importância de suas funções para com o próprio bem-estar e saúde.

Sujeitos às diversas variações climáticas, expõem seus próprios organismos ao contágio de moléstias das mais infelizes, quando não, inegavelmente, pela natureza inóspita de seu trabalho, têm diminuído a média de seus anos de existência.

São homens e mulheres, jovens e adultos, que recolhem, diariamente, fétidos e imundos detritos jogados em nossas ruas e nas portas de nossas casas, vivendo lado a lado com microorganismos nocivos à saúde, com insetos portadores de doenças, muitas vezes fatais à vida humana. AOS GARIS DE CURITIBA, OS NOSSOS RESPEITOS, A NOSSA CONSIDERAÇÃO, O NOSSO AMOR.

Aos garis de Curitiba, os nossos aplausos pela corajosa e justa iniciativa.

Que sua reivindicação encontre compreensão e apoio em nome de seus empregadores, o que por certo evitará a eclosão de um movimento que culminará com a paralização das atividades e dos serviços de limpeza pública, o que ocasionará, inevitavelmente, a exemplo do que recentemente aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, incalculáveis e sérios transtornos à população da "CIDADE-SORRISO".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requer seja expedido ao Sr. Secretário de Segurança Pública, cópia do presente requerimento, que tem por objetivo, assegurando os direitos de todo e qualquer cidadão ser presumivelmente inocente até prova em contrário dentro dos ditames legais, observe-se o total cumprimento por parte de todos os Srs. Delegados de Polícia de todo o Estado, do que está recomendado por

ordem do Sr. Diretor da Polícia Civil, no Provimento n.º 05/78.
Sala das Sessões, em 09 de março de 1979.
(a) Toguio Setogutte

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 10/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Legião Mirim de Rolândia”, com sede e foro na cidade de Rolândia, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1979.

(a) Dácio Leonel

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços em benefício do menor desamparado ou filho de família carente de recursos na busca de sua integração na comunidade.

É uma entidade civil de beneficência, sem fins lucrativos.

Seus estatutos foram aprovados em 07 de maio de 1975, tendo sido registrados sob n.º 102, do livro A em 16 de julho de 1975, no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Rolândia.

Mencionada entidade acha-se devidamente registrada sob n.º 850 às fls. 27 (13.06.77) na Sec. da Saúde e do Bem-Estar Social (documento anexo).

Pela Lei Municipal n.º 1329/78 foi a “Legião Mirim de Rolândia” considerada de utilidade pública pelo Município de Rolândia.

Juntando o relatório de atividades de 1978, estamos seguros do apoiamento unânime desta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No calendário das significativas comemorações históricas paranaenses e brasileiras, ressalta-se, no corrente ano, o sesquicentenário da colonização alemã, tendo como referência as cidades de Rio Negro e Mafra.

É oportuno, portanto, de passagem, lembrar alguns fatos que ficaram indelevelmente gravados no memorial da sociedade paranaense, desde que chegaram as famílias Valerius, Sauer, Schuck, Bley, Peters, Kräus, Jungles, Stresser, Rauen, Pixius, Krein, com passaportes passados em Bremen, pelo Comendador Jorge Antônio Schaefer, encarregado dos negócios de imigração naquela cidade alemã.

Fois após uma viagem marítima de três meses e oito dias, desde Bremen ao Rio de Janeiro, que foram eles convidados pelo Sargento-Mor João da Silva Machado, depois Barão de Antonina, a buscarem o novo lar às margens do Rio Negro, próximo, onde já existia um povoado com o nome de Capela da Estrada da Mata.

Passados alguns meses para regularização de documentos, em 06 de fevereiro de 1829, as 12 famílias chegaram ao destino. Esta data passou a ser consagrada como a de fundação da primeira colônia alemã em terras do nosso Estado.

As dificuldades econômicas, entretanto, afetaram seriamente o núcleo, desprovido de infra-estrutura adequada. Imprescindível à sobrevivência, portanto, seria a procura de recursos em outras regiões.

Assim, enquanto alguns ficaram a tentar extrair do solo o produto do trabalho, enfrentando a hostilidade e vingança dos botocudos, outros decidiram ir à Vila do Príncipe, hoje Cidade da Lapa. Estes, segundo registro da página 51 do Livro Tombo da Igreja Católica de Rio Negro, encontraram colocação “em

obras de casas de pedra, a 200 réis diários! O que aceitaram para não deixar morrer de fome as pessoas que lhes eram caras. Depois de uma semana de serviço, reuniram o salário de todos e compraram uma quarta de farinha e uma de feijão e vinha um, a distribuir pelas famílias”.

Apesar dos sacrifícios, a vida organizada, a tenacidade e o ânimo deram ensejo à prosperidade, as experiências somadas foram transmitidas a imigrantes que vieram posteriormente a se estabelecer em novas colônias. A integração entre estas, proporcionou condições de progresso, beneficiando a todos. O desenvolvimento cultural dos jovens foi assegurado através de escolas, estabelecidas com a colaboração da comunidade.

O notável espírito empreendedor dos colonos, levou-os à organização de indústrias, de estabelecimentos comerciais e de serviços. Dentre esses, no início do presente século, destaca-se a tipografia do Sr. Richard Koster, onde, durante dois anos foi impresso um jornal com o título “Rio Negrer Zeitung”.

Dos novos grupos de etnia germânica que vieram ao Paraná, surgiram importantes colônias como as de Quero Quero e Papagaios Novos, integrados por evangélicos e Bugas por católicos. Outros foram para Lapa, à colônia Mariental, Palmeira, Ponta Grossa ou Curitiba.

É certo que, desde logo, muitos imigrantes procuraram lugares onde poderiam melhor aplicar seus conhecimentos participando assim, dinamicamente, de empreendimentos progressistas em diferentes setores da atividade econômica.

Foi importantíssima a saliente atuação dos alemães radicados em nosso Estado, na construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, como também de importantes edifícios, notadamente a Catedral Metropolitana da Capital, que foi praticamente salva pela perícia do engenheiro Gottlieb Wieland.

Inestimável, igualmente, a contribuição dos imigrantes na instituição de centros de educação, cultura, arte e recreação, assim como na formação de uma consciência da importância da dedicação, ordem, perseverança e amor no planejamento, direção e execução de projetos.

Mais recentemente, temos a salientar a magnífica atuação dos colonos de origem alemã, nas colônias situadas no Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava e na Colônia Witmarsun, no Município de Palmeira, onde pioneiros e descendentes, exercitando a mesma fé e perfeitamente integrados à sociedade brasileira da qual também fazem parte por escolha, produzem, de modo exemplar, para o engrandecimento do nosso Estado.

Com muita satisfação e honra, presto desta tribuna minha homenagem de reconhecimento a todos os operosos imigrantes e descendentes de origem alemã ao tempo em que apresento meus aplausos ao Sr. Helmuth Abeck, aqui presente, pelo seu entusiasmo cívico em proporcionar condições para que meritórios fatos históricos possam ser recordados e conhecidos pelas novas gerações. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assumimos a tribuna pela vez primeira ao início desta legislatura, para prestarmos uma homenagem singela, mas de reconhecimento a duas pessoas ilustres do Governo do nosso Estado.

Ney Braga ao indicar Jayme Canet Júnior, o fez sabiamente para dirigir por quatro anos os destinos do Paraná e de seu povo.

Hoje Canet Júnior sai do Governo no dia 15, com a homenagem do povo humilde, dos Prefeitos humildes das pequenas comunas, principalmente do Norte Pioneiro e, nesse instante, ao deixar honradamente o Governo do Estado do Paraná, o homem que construiu estradas, o homem que construiu escolas, o ho-

mem que soube diuturnamente olhar por sua terra e por sua gente.

Este homem, este paranaense ilustre que se chama Jayme Canet Júnior, há de marcar, na história do Paraná, um exemplo de administração, onde procurou atender todas as camadas paranaenses, principalmente as camadas menos favorecidas e principalmente as pequenas comunas deste meu querido Estado. Que Deus, em sua infinita bondade e misericórdia, continue iluminando Canet Júnior, para que em 1982, possamos, com o apoio do eminente Governador Ney Braga, trazê-lo novamente ao Governo do Estado, porque para honra nossa, é um Governador que sai com as saudades deste meu povo, e com a esperança de que volte a receber das mãos honradas do Governador Ney Braga, novamente, os destinos do Paraná.

Que não se diga que é um pingue-pongue, mas que se diga que os paranaenses, os homens humildes, os homens da minha terra, hão de reconhecer em Canet Júnior, um homem estrita e extremamente ligado ao Governador Ney Braga que, na sua inteligência, no seu tirocínio político, soube indicar o melhor Governador que o Paraná tem no momento.

E é por isso que, dentro da euforia peculiar dos homens do interior, dentro da euforia dos homens que sabem que das mãos honradas de Canet Júnior, o Governo do Paraná vai passar para as mãos honradas do eminente Ministro Ney Braga.

E, é nessa esperança e, é nessa expectativa, que nós damos graças a este Governo da Revolução que soube escolher os nossos dirigentes. Canet Júnior em sua peregrinação pelo Paraná, soube aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo e temos, também, essa esperança depositada, essa confiança no eminente futuro Governador Ney Braga.

E, ao Paraná, nós dizemos que é um dos Estados mais felizes da Federação e deste contexto, porque com Canet e Ney Braga, haveremos, nós homens da ARENA, de dizer ao nosso povo — “presente”, para o grande empreendimento de administração no Norte do Paraná e de todo este Estado; este Estado que clama e que clamava, muitas vezes, por administração sincera, honesta e segura como desses dois homens: um que deixa, e outro que fica; que, irmanados num só pensamento — o bem-estar de sua terra e de sua gente.

A Canet Júnior, este grande Governador, nossas sinceras homenagens e as homenagens de meus Prefeitos e de meu povo do Norte Pioneiro que, ali, nas pequenas comunas, ele implantou milhões e bilhões de cruzeiros, dando ao povo do Paraná, a justiça e devolvendo às pequenas comunas, o dinheiro do seu povo que fora aplicado em impostos, carreando dinheiro internacional para a malha rodoviária que, hoje, é uma realidade para o grande Porto de Paranaguá, para assim podermos exportar a nossa produção.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — O Sr. Deputado tem um minuto para encerrar o seu discurso.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu já concluo.

Obrigado, Sr. Presidente.

É neste instante, no crepúsculo do Governo Canet que nós queremos nos colocar, inteiramente, ao lado deste grande paranaense que sempre, junto com Ney Braga, haverá de voltar em 1982.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Dentro do horário reservado ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso Puglielli da Cunha.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu, apenas hoje, ocupo este espaço, cumprindo o que ontem havia prometido, em Plenário, da homenagem que pretendo prestar ao querido e saudoso Ali Bark; uma figura humana, que eu tive a felicidade de conhecer, das mais valorosas. Um homem espetacular, paranista e que sempre esteve voltado às causas populares e sempre ponto ao auxílio aos seus amigos ou

àqueles que a ele recorriam. Aproveito para reproduzir, neste Plenário, para que os Anais desta Casa registrem, um pronunciamento, um comentário do Gal. Iberê de Mattos, que refletiu o meu próprio sentimento, através da matéria publicada no jornal “O Estado do Paraná”.

Disse ele: — “Hoje estou sendo intimado pelos meus sentimentos a esquecer os assuntos que normalmente venho debatendo. Concentro-me na dor provocada pela morte de Ali Bark, um sentimental acima de tudo e que se empenhava devotamente à arte de fazer amigos e distribuir benesses. A humanidade, com seus eternos conflitos, tem sido vítima das ambições e vaidades de tantos que adquiriram uma parcela de poder e o usam para vantagens pessoais ou para esmagar os adversários. De quando em vez surge um Ali Bark a pregar o bem e a confraternização, sentindo mais felicidade em proporcioná-la a outros do que em sentí-la. Coração bondoso e amigo incondicional de seus amigos, foi um magnífico exemplo da fé no amor ao próximo, praticando-o com a humildade dos que nada querem para si. O sentido de solidariedade humana que dava a todos os seus atos o tornava uma admirável exceção num mundo em que quase todos se esquecem das dores alheias.

Vi de perto, algumas vezes e tenho experiência própria, o quanto se atormentava com as dificuldades e aflições alheias, quando se abatiam sobre amigos seus. Os sofrimentos dos outros o comoviam, e, como sentimental, seus olhos, onde sempre havia uma lágrima querendo ser brotada, eram o retrato da dor que dele tomava conta. Outro aspecto de seu temperamento era o acendrado amor às coisas do Paraná e era com orgulho que se dizia um apaixonado paranista. Mantinha uma revista, mais com o objetivo de dizer livremente o que pensava e para poder exaltar o paranismo do que com qualquer outra destinação de ordem material. Eram raros os seus momentos de revolta, mas, nessas ocasiões era um temperamental que não media palavras contra as injustiças. O seu desejo de um mundo melhor do qual as maldades fossem erradicadas, o transformava numa espécie de D. Quixote do jornalismo, lutando bravamente pelas causas nobres e mesmo sendo incompreendido muitas vezes.

A sua promoção de uma festa de outorga de prêmios aos que melhor se destacassem em várias atividades culturais ou políticas, era um meio que encontrava para estimular os bons propósitos e exaltar as lições proporcionadas pelos que agiam corretamente ou se destacavam perante a opinião pública. Era uma forma objetiva de tornar sempre lembrado o abraço fraterno que publicamente dava às personalidades que admirava. Por onde passava, encontrava o carinho dos amigos que eram muitos, milhares, mas aos indignos fustigava com cáustico combate, com um fervor quase fanático.

Sempre dizia que a traição era a mais ignóbil das atitudes e dava o exemplo de coerência com o reforço de sua amizade aos amigos que sofriam injustiça ou mesmo fossem marginalizados politicamente. Era uma dessas raras criaturas que mais se aproximavam dos vencidos que dos vencedores. Para ele seus amigos nunca caíam e mantinha fervoramente sua lealdade, nunca abalada pelos desastres políticos ou empresariais. Sua dedicação a Bento Munhoz da Rocha Neto, em todos os momentos difíceis, era uma amostra do quanto sabia ser amigo. Minhas palavras são um punhadinho de todos os sentimentos de carinho que por ele sentia, pois o vazio que deixou não pode ser preenchido. Conosco fica a saudade e com ele a glorificação de uma vida a serviço do bem e lamentavelmente tão curta. Ele nos fará muita falta, muita falta mesmo.”

É com lágrima nos olhos que eu termino esse pronunciamento, de um grande amigo. Ali Bark, uma figura que eu aprendi a admirar e a amar. O homem que diariamente visitava a Câmara Municipal de Curitiba, fornecendo subsídios aos Vereadores, sempre procurando enaltecer esta ou aquela figura, levando projetos de leis com denominação de rua àqueles que realmente bens fizeram a Curitiba e ao Paraná.

Por isso, eu me emociono quando falo desse homem que era uma figura espetacular e que eu tive a felicidade de com ele conviver, admirar e amar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Pela vez primeira que a esta tribuna me apresento, pretendemos fazê-lo como de há muito vínhamos pregando, acima de tudo desenvolvendo um trabalho de nossa região, um trabalho de equipe junto com o Governo, um trabalho também dos direitos do homem e sobre o qual nesta oportunidade, irei tecer algumas considerações. Ao nosso mui digno Presidente, os meus parabéns pela condução que desde o início está demonstrando à frente da Presidência desta Casa. Aos demais companheiros a minha solidariedade, a minha amizade, e a minha consideração a partir deste instante, quando nós estreamos, e porque não dizer quando nós aqui estamos, pela primeira vez como dizia no princípio, acima de tudo, para defender a causa mais nobre que são os homens paranaenses, e porque não dizer, extensiva a todo o nosso Brasil.

Não poderia também, nesta ocasião, omitir a presença hoje, do Dr. Mário Jorge, um dos luminares da Ciência Jurídica, em especial criminal, do nosso Estado, que tem levado o seu nome por este Brasil afora. A sua equipe que hoje o acompanha, ao nosso amigo particular, Dr. Pedro Siqueira, é o nosso íntimo colaborador de campanha, Sr. Alexandre Ceranto, industrial em Umuarama, o meu muito obrigado pela presença.

Queremos dizer que acompanhamos de há muito, de perto, pela leitura dos jornais desta Capital e do Interior do Estado e mais recentemente nos grandes jornais de São Paulo e outras Capitais do País, a luta incessante, brava, deste criminalista do Foro de Curitiba, tendo por lema, exatamente, o artigo 11, da Declaração Universal de Direitos do Homem. Todo o homem que é acusado de um ato delituoso, tem o direito de ser presumido inocente, até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias.

O artigo DÉCIMO PRIMEIRO da Declaração Universal dos Direitos do Homem; aprovada em Resolução da terceira Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas e ratificada pelo nosso Congresso Nacional. Esse advogado que há muito combate, como toda a força de sua alma, a conduta de inúmeros Delegados de Polícia, que forçando a sua própria natureza, dando suas interpretações a uma lei que tudo indica, mal conhecem, iniciam uma investigação policial ou instaurando inquérito, impondo ao indiciado (que muitas vezes, é inocente) o vexame, a humilhação da identificação criminal. Carimbam-no, fotografando de frente e de perfil com um número no peito, data da fotografia, medem-no, pesam-no e, em seguida, apanham as impressões digitais dos dez dedos das mãos.

Tudo em quatro vias, sendo que, uma delas nunca mais será apagada. É enviada para o Departamento de Polícia Federal em Brasília, da Capital Federal, enviadas são a todas as demais Delegacias de Polícia de todo o Brasil.

E quando o réu inocente? Quem desconhece que nas estatísticas feitas nos foruns de todo o País, mais de 85% de réus processados são absolvidos? E que mais de 10% dos inquéritos, são arquivados pelos juízes a pedido dos Promotores Públicos?

E como ficam os fichados, é como diz Mário Jorge, os "carimbados"?

A resposta é simples: nunca mais se livrarão dessas famigeradas fichas, desses carimbos que se transformaram em suas próprias sombras, para o resto de suas vidas.

Destaque-se ainda, que quando o acusado é absolvido, nenhum desses Delegados de Polícia ou mesmo juiz, se preocupa

em ordenar que o nome do mesmo seja reabilitado.

E o homem marcado, perde toda e qualquer condição de viver em igualdade com seus irmãos, que não tiveram a desdita de serem fichados numa Delegacia de Polícia: Perde a honra, perde tudo.

É um morto que ainda anda, que ainda fala, como sempre lemos nos artigos de Mário Jorge, diariamente publicados na página jurídica do jornal "Diário do Paraná". É um morto que ainda está vivo, pois não tem direito a nada nessa vida...

Num dos artigos desse criminalista que agora tem o integral apoio da ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO PARANÁ - ADVOPAR, tivemos oportunidade de ler uma crítica ao artigo 6.º, item VIII, do Código de Processo Penal que serviu de base para a Súmula 568 que ordena a identificação criminal dos acusados. Lemos:

"Após o Congresso Nacional ter ratificado a Declaração dos Direitos do Homem, vimos notando que a preocupação do Governo Brasileiro está se manifestando de forma inconstante no sentido de ajustar, principalmente a nossa legislação penal, às conquistas do homem no pós guerra. Ninguém tem condições para discordar quando afirmamos que, após a segunda guerra mundial, nossas condições de vida mudaram sensivelmente, desfrutando de um conforto até então nem sequer sonhado, e de garantias ao direito de cada um, firmadas em disposições que o regime democrático busca aprimorar.

O que, porém, estabelece revoltante contraste entre uma e outra época em torno desse direito, é a forma de governos: um, que editou as leis penais no pleno vigor de uma ditadura que, por mais de uma dezena de anos, grilhou e submeteu o homem, e outro, o atual, este que vem buscando com tanto empenho, mais ainda não conseguiu em toda a sua plenitude, humanizar, adaptar à época, aqueles éditos que, embora sufocados pela reação do nosso povo de pós guerra, ainda continuam exercendo condenáveis pressões aos direitos do homem. E, entre estes, o item 8.º do artigo 6.º do Código de Processo Penal".

Ocorria, Srs. Deputados, que tendo o Supremo Tribunal Federal decidido em Súmula que tem o número 568, que esse item deveria ser cumprido mesmo que o cidadão possua carteira de identidade civil, quase todos os Delegados de Polícia têm, em suas gavetas, cópias da mesma, mostrando-as aos advogados que se rebelam contra essa identificação criminal que desgraça para sempre a qualquer um.

Entretanto, atendendo à campanha do criminalista paranaense Dr. Mário Jorge, que a todo instante trocava idéias consigo, o ilustre Diretor da Polícia Civil, Dr. Jerônimo Maranhão, a quem, neste instante, estendemos as nossas saudações pelo espírito humano e cristão, acatando as considerações expendidas pelo advogado, decidiu, através de Provimento n.º 5/78, recomendar aos Delegados de Polícia de todo o Estado, que as exigências desse item 8.º, só fossem cumpridas depois de realizadas todas as diligências ordenadas dos itens PRIMEIRO AO SÉTIMO, e que são:

.... "I — se possível e conveniente, dirigir-se (a autoridade) ao local, providenciando para que se não alterem o estado e conservação das coisas, enquanto necessário;

II — apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato;

III — colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV — ouvir o ofendido;

V — ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo II, do Título VII deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI — proceder o reconhecimento de pessoas e coisas e as acareações;

VII — determinar, se for o caso, que se proceda a exame

de corpo de delito e a quaisquer outras perícias."

Como se vê, Srs. Deputados, sete itens do artigo 6.º ordenam diversas diligências antes que o acusado seja identificado, fichado, carimbado pelo processo dactiloscópico.

Entretanto, o que vem ocorrendo nas nossas Delegacias de Polícia, com raras exceções, é exatamente o contrário, primeiro ficham...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - (Faz soar os tímpanos).

Nobre Deputado, o tempo de V. Ex.^a está esgotado, a Presidência lhe concede mais um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Deputado Tuguio Setogutte, eu quero que V. Ex.^a me perdoe a intromissão, nossa pretensão é consultar a Mesa se o Deputado Tuguio Setogutte é o último orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa informa ao nobre Deputado que o Deputado Tuguio Setogutte é o último orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Requeiro a V. Ex.^a que conceda, ao Deputado Tuguio Setogutte, o horário que é reservado à Aliança Renovadora Nacional, à Liderança, para que conclua com mais calma e brilhantismo, o pronunciamento que vem fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa defere, o Deputado Tuguio Setogutte tem quinze minutos para o prosseguimento da sua oração.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Obrigado, Sr. Deputado, companheiro Jurandir Messias.

Como estávamos terminando o nosso pensamento: (lendo)

"Entretanto o que vem ocorrendo nas nossas Delegacias de Polícia, com raras exceções, é exatamente o contrário: primeiro ficham, carimbam o cidadão - em observância ao item 8.º -, e só depois é que cumprem os outros incisos, agora, então, em forma cronológica, ao inverso, isto é, do sétimo ao primeiro, o que é absurdo.

E foi justamente para coibir esse abuso, que o ilustre Diretor da Polícia Civil do Paraná, atendendo à benéfica campanha da ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO PARANÁ, sob a presidência do criminalista Mário Jorge, houve por bem editar o Provimento 05/78 que, após reconhecer abusos que possam ser cometidos e

CONSIDERANDO que na elaboração dos procedimentos investigatórios instalados nesta Capital e no Interior do Estado do Paraná, deve ser observado o ordenamento processual penal no que diz respeito a identificação do indiciado pelo processo dactiloscópico;

CONSIDERANDO que as conseqüências da identificação dactiloscópica do indiciado feita ao arrepio da lei processual penal, são acarretadoras de restrições de ordem civil à sua pessoa, resolve:

RECOMENDAR às autoridades policiais do Estado do Paraná a observância do que dispõe o artigo VI e seus incisos do Código de Processo Penal, esclarecendo-se que a identificação ocorrerá sempre que cumpridos todos os incisos antecedentes ao de número OITAVO do supracitado artigo, quando presentes os indícios da autoria e materialidade da imputação da infração penal ou contravencional a ser atribuídas a alguém."

Ora, se assim proceder a autoridade policial, isto é, cumprindo esse ordenamento dos itens 1.º ao 7.º, ao identificar o acusado, ela já possui em mãos os elementos que podem conduzi-la ao convencimento de que realmente ele está envolvido no fato delituoso.

Procedendo de forma diferente, primeiro fichando para

depois saber o que o cidadão fez, podem estar incriminando um inocente, o que se constitui em inegável iniquidade.

Dessa forma, e considerando, segundo as acusações do criminalista mencionado, que quase nenhum Delegado de Polícia recebeu o Provimento n.º 05/78, e tendo ainda em conta que essa comunicação da Diretoria da Polícia Civil minora muito a violência de uma identificação criminal, é que apresentamos este requerimento, para que ninguém alegue desconhecer a existência do mesmo Provimento.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa consulta a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso do tempo que lhe é reservado.

O SR. EDILSON ALENCAR - (Peço a palavra, Sr. Presidente).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lendo):

"Estamos vivendo o início de Legislatura, em que as esperanças dos brasileiros estão voltadas para as lideranças políticas. Principalmente aquelas que foram elevadas ao Poder Legislativo. Não é demais acentuar que as esperanças populares estão voltadas para o Poder Legislativo. Ao contrário do que pensam aqueles que se acostumaram à sombra do Poder Executivo, das administrações dos comandos políticos e dos negócios decorrentes.

As lideranças sociais sabem que delas, e das lideranças políticas com efetiva representação social expressa nas eleições, é que dependem os rumos compatíveis com as aspirações populares. Os outros políticos devem pleitear nomeações.

Todavia os vícios desses tempos obscurantistas por que atravessamos deixaram marcas tão fortes que transformaram, em grande parte dos casos, os legisladores municipais em fiscais de quarteirão das intendências municipais. Transformaram Deputados Estaduais ou em Vereadores a postular melhorias mínimas para seu crédito junto ao eleitorado, ou em agentes burocráticos dos serviços públicos e das nomeações.

Esse compasso de espera em que estamos, à base de uma crise que se avoluma rapidamente, gerou dois tipos de expectativa: a consciente, que sabe das coisas e espera dos líderes eleitos e representativos de verdade, espera a indicação dos rumos, a aglutinação de forças para a solução dos problemas, e a desorientada, atrasada, que aguarda soluções através de comandos políticos, de legisladores intermediários da burocracia de Estado, de tecnoburocratas e executivos do aparelho de Estado, o sinal, a palavra, o plano e o programa que salvará as populações.

De acordo com a sensibilidade de cada político, em conformidade com a linha política, segundo as relações e em correlação com os movimentos populares e suas reivindicações, registra-se a perplexidade de alguns, a descrença de outros, e em todos a idéia de impasse: de impossibilidade de continuar vivendo nessas condições sociais e econômicas.

O Brasil vive a expectativa de remédios amargos ou da inépcia médico-cirúrgica. Não há crédito para a maioria dos mandantes elevados ao poder pela força e pela corrupção.

O Paraná espera a mudança de agentes do sistema, enquanto a população clama por medidas que resolvam suas dificuldades.

Os municípios esperam a mudança no Palácio Iguaçu, para saber se seu intermediário político burocrático poderá entrar pela porta da frente ou pelas laterais. E esse hiato do mal para pior estará causando graves problemas em muitos municípios na maioria dos Estados, em quase toda a Nação.

Recebo notícia de um município progressista até recentemente, TERRA RICA, e que agora, além desses problemas de caos e desagregação social e política, tem um Prefeito que é a própria enérgia e incompetência. A tal ponto de o empresariado

local, pecuaristas e proprietários rurais pretenderem angariar fundos para financiar combustível para que as máquinas de escavação e terraplanagem da Prefeitura funcionem; para que as estradas vicinais, que se encontram intransitáveis, possam escoar a produção e ligar os distritos com a cidade.

Se é verdade que os problemas se avolumam em todos os municípios, em todas as regiões, o caso de TERRA RICA é exemplar.

Trata-se de um município realmente de grande potencialidade econômica e de bom nível social. Povo trabalhador e consciente, ali edificou uma comunidade muito conhecida, como mostra do que pode fazer a esperança e o trabalho. Porém, há um momento em que as coisas escapam ao controle da simples reunião do trabalho e da boa vivência social.

É preciso que o desenvolvimento nacional e estadual infundam perspectivas e ânimos para o funcionamento regional. E a um momento em que a administração pública municipal é decisiva para coordenar esforços e capitalizar as realizações.

Ficando ainda no exemplo de Terra Rica: o que esperar de uma autoridade sem crédito político e pessoais junto aos cidadãos ou que esperam daqueles que perdeu a credibilidade e que nem sequer funciona como intermediário do poder — porque o poder já não há; está em transição de grupo, de nuances.

O povo de Terra Rica não tem o sábio poder de revotar, de escrever o nome do Prefeito NILTON GALDINE numa ostra e condená-lo ao reaprendizado político e administrativo. Se é que já os teve; ou simplesmente será um desses frutos sem semente que subiram nos últimos anos.

Há um movimento de homem conscientes, para solicitar a renúncia daquele Prefeito, pois já que não pode ajudar seu município, que não o atrapalhe.

Afinal, Terra Rica é um município que faz jus ao nome, e já experimentou o progresso através do dinamismo de sua gente.

Um município que enfrenta a desadministração, tende a paralisar suas principais atividades. É isso que temem os empresários e produtores, que procuram uma solução; e talvez a melhor, seria convencer o Prefeito Nilton Galdine, a renunciar.

Além do caos geral, ainda os funcionários municipais não recebem seus vencimentos há seis, sete, oito meses, ignorando-se o que está sendo feito com os recursos da Prefeitura. De nada adianta dizer que o centralismo diminuiu as condições de funcionamento da administração municipal; pois isso é verdade, mas não é toda a verdade. De nada adianta dizer que o Estado não teve para com Terra Rica uma política de ajuda efetiva, de interesse por seu desenvolvimento; pois, isso é verdade, mas não é toda a verdade. A base da verdade, o que está por baixo, é que o Prefeito de Terra Rica é inepto e incapaz para a função.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à **ORDEM DO DIA**, com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência tem a honra e a satisfação de registrar a presença, em nosso Plenário, do Sr. João Cione Neto, Prefeito Municipal de Umuarama, bem como a presença do Dr. Mário Jorge, Presidente da Associação dos Advogados do Paraná e dos Drs. Jussara Ferreira Jorge, Terezinha Elineida Oliveira, Júlio Militão da Silva e Norberto Trevisan Bueno, todos Membros da Associação dos Advogados do Paraná.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/78, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que cria no Município

de Campina da Lagoa, Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 193/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Campina da Lagoa, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas: — Inicia na foz do Ribeirão Azul no Rio Cantu, sobe por este Ribeirão até a foz do Ribeirão do Veado, subindo por sua margem esquerda até encontrar a foz da Sangra Burro Preto, sobe por esta Sangra até a divisa das glebas 08 e 10 (2a. parte), linha de divisa interdistrital Campina da Lagoa/Herveira, daí em linha seca rumo ao Sul até o marco do monjoleiro do Rio Caratua, daí segue pela margem direita do Rio Caratua, até sua foz no Rio Cantu, seguindo pela sua margem direita, até a foz do Ribeirão Azul, ponto inicial.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1979.

(a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campina da Lagoa, é um dos municípios que vem se destacando pelo expressivo desenvolvimento no setor agrícola, econômico, social e cultural em nosso Estado.

Face a esse crescimento, a sua estrutura administrativa está a exigir também certas modificações, a fim de que possa o município atender, com melhores condições, as crescentes necessidades que tal crescimento vem ocasionando.

Neste sentido, o Poder Legislativo de Campina da Lagoa, aprovou a Representação Municipal, através do Decreto n.º 22/77, de 08.09.77, (publicação anexa), a fim de que por intermédio desta Assembléia, seja efetivada a criação do citado Distrito.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 9.º, e incisos, da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73 — Lei Orgânica dos Municípios.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 193/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, o presente Projeto de Lei n.º 193/78, tem por finalidade criar no Município de Campina da Lagoa, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

De acordo com a documentação inserida ao processo, temos que estão preenchidas as exigências previstas pelo Art. 9.º, da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/73 — LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS.

Nestas condições, conforme o enunciado pelo Parecer Normativo n.º 10, de 15/10/75, da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, o Projeto está em condições de ser aprovado por esta Casa, opinando-se, assim, FAVORAVELMENTE. É o parecer.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

(aa) MUGGIATI FILHO, PRESIDENTE;

GILBERTO CARVALHO, RELATOR.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci,

constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Horácio Raccanello, ocorrido em Maringá.--
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, através da Diretoria da Polícia Civil, no sentido de que o Provimento n.º 05/78, chegue ao conhecimento de todas as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná. Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão do requerimento, conforme o art. 150, do Regimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade, aos garis da cidade de Curitiba, pelo movimento reivindicatório de aumento em seus vencimentos. Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão do requerimento, para o final da próxima sessão, conforme artigo 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 142 e 193/78.

Levanta-se a sessão.

Portarias:

PORTARIA NÚMERO 089/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1333, de 13 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 198/77, na parte que se refere ao funcionário JURACY JOSÉ SOMAVILLA, matrícula n.º 351, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o qual foi designado para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria.

II — designar, o funcionário acima citado, para prestar serviços no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 090/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1462, de 19 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

UAHIB ABRAHÃO TANUS — Matrícula n.º 018

VIDAL VANHONI — Matrícula n.º 019

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 091/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1680, de 1.º de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

designar, os funcionários JONAS ZAMPIER, matrícula n.º 339, MAXIMINIO CARDOSO, matrícula n.º 573 e HENRIQUE WOJCIK, matrícula n.º 460, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial de Avaliação dos carros deste Poder Legislativo, conforme o solicitado no protocolado sob o n.º 1680/79.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 092/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1460, de 19 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, ao funcionário PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA, matrícula n.º 254, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1979, a partir de 06 de março de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 093/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1563, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar, para 1.º de março do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário ANTONIO LACERDA BRAGA NETO, matrícula n.º 095, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 094/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1409, de 16 de fevereiro de 1969, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 142/77, de 25 de março de 1977, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA, o funcionário CARLOS FORNAROLLI, Contratado deste Poder; e,

II — designar, o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Vice-Presidência, na função de Motorista.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 095/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1243, de 08 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, ANA MARIA DO PRADO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Teixeira, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 23 de fevereiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 096/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1540, de 21 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, matrícula n.º 524, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 097/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1279, de 12 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, os funcionários, JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO, matrícula n.º 124 e SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula n.º 434, para prestarem serviços no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 098/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1545, de 21 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, LENI SABOIA, matrícula n.º 127, ocupante do cargo nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2a. Secretaria, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 099/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1532, de 21 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar, a pedido, a Portaria n.º 05/79, de 03 de janeiro de 1979, que autorizou, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Trajano Bastos, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 01 de março do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 100/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1597, de 23 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, DALTO AFONSO BATISTA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nestor Baptista, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 19 de fevereiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 101/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1576, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E.

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 198/77, de 06 de abril de 1977, na parte que se refere a designação do funcionário DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula n.º 494, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou, para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria; e,

II — designar, o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Departamento de Divulgação e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 102/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E.

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 415/78, de 04 de dezembro de 1978, que designou para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matrícula n.º 265, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de

Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar, o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Departamento de Divulgação e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 103/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1813, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ELOI MEZZADRI, matrícula n.º 365, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 06 de fevereiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 104/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1079, de 05 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, LENI MENDES DA CUNHA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Mário Celso P. da Cunha, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 23 de fevereiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 105/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1529, de 21 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, SANDRA TEREZINHA MUNIZ MOREIRA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Benedito Pinto Dias, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 23 de fevereiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 106/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1681, de 1.º de março de

1979,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário BOLIVAR CAMARGO BARROS, matrícula n.º 115, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 107/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1639, de 23 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

marcar, para 1.º a 30 de abril do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 294/78, à funcionária IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n.º 122, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 108/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

mandar incluir, na Portaria n.º 012/79, de 09 de janeiro de 1979, os funcionários adidos a este Poder, ELMITA LUIZA BAUER MONTECELLI e HUGO MENDONÇA SANT'ANA, que prorrogou a concessão da gratificação por prestação de serviço extraordinário, aos funcionários do Poder Executivo, até 30 de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 109/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1735, de 02 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 08/78, na parte que se refere à designação do funcionário Adido a este Poder, DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, que foi designado para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fuad Nacli;

II — designar, o funcionário Adido acima mencionado, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, como Motorista, até 30 de abril de 1979; e,

III — autorizar, o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1a. Secretaria, no período compreendido entre 1.º de fevereiro a 30 de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 110/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1176, de 06 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, PEDRO HENRIQUE DORNELLES, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Cyro Martins, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 23 de fevereiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 111/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1787, de 02 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, VICENTE AUGUSTO BRILHANTE, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ruben Valduga, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 23 de fevereiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 112/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1366, de 14 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, LAURO LOPES FILHO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Legislativo, no período compreendido entre 1.º de março a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 113/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1739, de 02 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário FRANCISCO TABORDA RIBEIRO, matrícula n.º 375, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 114/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1711, de 1.º de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE, matrícula n.º 405, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 115/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1459, de 19 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, ALBA LÍGIA ARAÚJO E GARCIA, matrícula n.º 111, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979, conforme solicitação do Gabinete da 4a. Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 116/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2146, de 09 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário JOSÉ JOAQUIM, matrícula n.º 598, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 131/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 753, de 24 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula n.º 472, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias, referentes ao exercício de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
 BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
 DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 132/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 263, de 08 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula n.º 093, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II — conceder, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 06 de fevereiro de 1979, data que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais e antecipados, face a incorporação do terceiro quinquênio e das férias de 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
 BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
 DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 133/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 902, de 29 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GENI CARNEIRO, matrícula n.º 284, ocupante do cargo de nível PL"25", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
 BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
 DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 134/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 884, de 29 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de PEDRO LIBERTI, matrícula n.º 253, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 30 de novembro de 1978, data que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
 BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário
 DECRETO LEGISLATIVO N.º 135/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 882, de 29 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OLGA MARIA DA ROCHA ATHAYDE CAMARGO, matrícula n.º 295, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
 BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
 DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 136/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12371, de 28 de dezembro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n.º 122, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 17 de outubro de 1978, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
 BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
 DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 137/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 792, de 25 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LÍDIA MUCHINSKI, matrícula n.º 487, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
 BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
 DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 138/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1317, de 13 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar, a pedido, o Decreto Legislativo nº 212/77, de 11 de abril de 1977, na parte que se refere ao funcionário AYRTON PRÉCOMA, matrícula nº 511, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o qual foi designado para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1ª Vice-Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 139/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1317, de 13 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

designar a funcionária JANET DA SILVA SANTOS, matrícula nº 388, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 140/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 417, de 12 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JANDIR NARDIN, matrícula nº 162, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, referentes às férias de 1978, que deixou gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248 da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 11 de março de 1975 e 11 de novembro de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei nº 6174, a partir de 11 de novembro de 1978, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), não se computando neste cálculo a incorporação supra e a contagem das férias de 1978, em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 141/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 761, de 24 de janeiro de 1979, deste Poder,

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 761, de 24 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ARISTEU SILVA BERGER, matrícula nº 021, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1979, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248 da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1º de abril de 1973 e 1º de abril de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao quarto quinquênio e das férias dos anos de 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171 da mesma Lei nº 6174, a partir de 1º de fevereiro de 1979, data em que, em razão da incorporação supra referente ao seu quarto quinquênio e da contagem das férias de 1978, contadas em dobro, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%). Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 142/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1185, de 07 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar pagar, à funcionária ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ, matrícula nº 188, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o disposto no Art. 202, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a título de auxílio doença, a importância correspondente a um mês de vencimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1174, de 06 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula nº 256, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 1º de agosto de 1963 e 1º de fevereiro de 1972,

antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio e das férias dos anos de 1954, 1966 e 1970, contadas em dobro; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da mesma Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1º de fevereiro de 1972 e 1º de outubro de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo decênio, supra, e das férias dos anos de 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 144/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1161, de 06 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, matrícula nº 048, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 145/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1208, de 07 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

colocar, BELKIZ FERNANDES, matrícula nº 385, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Superintendência Regional da Receita Federal da 9.ª Região Fiscal, até 1º de fevereiro de 1981, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 146/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1290, de 12 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar, a pedido, o Decreto Legislativo nº 212/77, de 11 de abril de 1977, na parte que se refere ao funcionário OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula nº 483, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o qual foi designado para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 147/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1290, de 12 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula nº 268, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 148/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 424, de 15 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de HENRIQUE WOJCIK, matrícula nº 460, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 13 de janeiro de 1979, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e que já vem percebendo a mesmo título, vinte por cento (20%), totalizando vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário